

MONOGRAFIAS DE ESTAGIÁRIOS DA EMERJ
APROVADAS PELAS BANCAS, EM EXPOSIÇÃO ORAL, NO FINAL DO
CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2000

(Os trabalhos monográficos se acham à disposição dos interessados para fins de estudos e pesquisas na Biblioteca da EMERJ)

ENTIDADES FAMILIARES E UNIÃO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

ERIKA LIMA BEZERRA

A monografia analisa a estrutura familiar e sua importância no campo do Direito, bem como o conceito e a natureza jurídica do casamento. Trata da União Estável, da família monoparental, da sociedade de fato e da união civil entre pessoas do mesmo sexo. (86 p.)

O EMPREGADO INVENTOR

LUIZ TEIXEIRA RODRIGUES

Depois de analisar a natureza jurídica das invenções, do empregado e dos estagiários, a monografia tratou das invenções mistas, das invenções de serviço, das livres e dos inventos não patenteáveis. (106 p.)

CRIMES DO COLARINHO BRANCO

MITZI ALVES GARCIA CALDAS

Depois de examinar o conceito de Crime do Colarinho Branco, sua denominação incorreta e seus aspectos processuais, a estagiária passou, em seguida, a discutir cada um dos dispositivos da Lei nº 7.492, de 16/06/1986. (160 p.)

TUTELA INIBITÓRIA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

KARLA GUERRA NASSIF FARAH

A partir do exame da tutela diferenciada (cautelar, antecipada, inibitória) no campo da efetividade do processo, estendeu-se a estagiária especialmente sobre a tutela inibitória, sua concessão, o ilícito e na análise dos art. 287 e 461 do CPC, bem como no processo da ação civil pública. (86 p.)

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

RÚBIA PALMA

Trabalho em que se estuda o conceito do Direito de Família, as suas instituições, a monoparentabilidade, e as suas motivações. (86 p.)

FUNDAÇÕES PÚBLICAS E TERCEIRO SETOR

ANA PAULA RODRIGUES SILVANO

A atividade administrativa e as formas de sua prestação, a Fundação Pública e o Terceiro Setor são os temas tratados pela autora. (115 p.)

O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E AS SOCIEDADES ANÔNIMAS

BERNARDO ATEM FRANCISCHETTI

Temas do trabalho: a história das Sociedades Anônimas e mudanças estruturais nas Companhias. Constituição e aplicação de suas normas. Princípio da função social da propriedade e as sociedades anônimas. (60 p.)

INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

LÚCIA FROTA PESTANA DE AGUIAR

As ações históricas do Poder Judiciário e sua independência; os limites ao exercício do Poder, são os temas desenvolvidos pela Douta estagiária. (95 p.)

FACTORING PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

ARTHUR DA ROCHA FERREIRA NETO

Com base nos elementos históricos do *factoring*, passou o autor a dar uma visão prática do instituto, indicando as pessoas que figuram na relação contratual, as modalidades de *factoring* e os títulos de crédito utilizados. (88 p.)

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS FABRICANTES DE FUMO

ADRIANA DO COUTO LIMA PEDREIRA

Antes de tratar da responsabilidade civil pelo fabrico e venda de cigarros, a autora apreciou aspectos da responsabilidade civil em geral e seus elementos caracterizadores e do Código de Defesa do Consumidor.

Em seguida analisou a responsabilidade civil das empresas de fumo, com indicação dos argumentos de defesa das empresas. (132 p.)

A UNIÃO ESTÁVEL

ANDRÉ FELIPE RODRIGUEZ LAVANDEIRA

A começar pelo concubinato, a evolução histórica e jurisprudencial sobre o seu conceito, cuidou o autor da União Estável e das inovações da Constituição Federal. Analisou também o conteúdo das Leis n.º 8.971/94 e 9278/96. (78 p.)

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS; TEORIA E PRÁTICA

BEATRIZ ABRAÃO DE OLIVEIRA

A autora assinalou aspectos gerais dos Juizados Especiais e as suas peculiaridades. Manifestando-se sobre a representação e a suspensão condicional do processo, concluiu a autora o estudo sobre a matéria. (155 p.)

O EMBRIÃO À LUZ DA BIOÉTICA

CRISTIANE BASTOS VICENTE

O trabalho examina os aspectos jurídicos do embrião: o Direito e a visão científica da questão, a engenharia genética e suas técnicas, as teorias sobre o embrião e seus excedentes. (128 p.)

O SISTEMA DE PROGRESSIVIDADE CONCERNENTE AO IPTU

ELIANE PINHEIRO CHAVES

A matéria é tratada em capítulos: 1) Propriedades, 2) IPTU, 3) As diversas Progressividades em matéria tributária e 4) IPTU Progressivo. (161 p.)

REGIME PRISIONAL PROGRESSIVO

FERNANDA GALLIZA DO AMARAL

As espécies de regime prisional e as penas privativas de liberdade dão abertura ao trabalho em que a autora examina a progressão do regime prisional e a consagração do seu princípio. (99 p.)

MEDIDAS PPROVISISÓRIAS

RACHEL LIMA CORDEIRO

Com o histórico das Medidas Provisórias e dos Decretos – Lei, faz a estagiária a síntese da matéria e examina emenda constitucional em curso no Congresso Nacional. (80 p.)

COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

RAQUEL PIXIOLINE ARANTES

Com a análise dos Direitos Fundamentais e dos Princípios constitucionais, entra o autor na análise da Colisão dos Direitos Fundamentais; e na aplicação do método de solução dos conflitos a respeito. (82 p.)

O PACIENTE TERMINAL E O DIREITO DE MORRER

ANDERSON RÖHE FONTÃO BATISTA

Frente ao discutido tema, o autor dá aos primeiros capítulos o título de “A eutanásia e a morte com dignidade” e “Direito à vida x Direito de morrer”, concluindo o seu trabalho por dizer que se deve acolher direitos como o de morrer dignamente. (145 p.)

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA APLICADO AO ART. 16 DA LEI nº 6.368/76

DANIELA BARILLO LIMA

Com base no que dispõe o art. 16 da Lei nº 16 (Lei de Tóxicos), a autora debate o histórico e os fundamentos do princípio e sua correlação com o princípio da intervenção mínima da lesividade. (118 p.)

O EFEITO SUSPENSIVO ATIVO

GLEIDES DUARTE MELLO

A monografista faz exame da nova disciplina do agravo de instrumento, seu cabimento e efeitos, afirmando não ser discricionário o efeito suspensivo. (118 p.)

UNIÃO ESTÁVEL

INAJARA SILVA DE ASSIS

Tratou a ilustre estagiária da Família, de seu conceito e das disposições das Constituições brasileiras sobre o assunto. Em seguida cuidou de examinar o que sejam concubinos e companheiros, para diferenciá-los dos

conviventes. Examinou por último o direito sucessório na união estável. (119 p.)

LIBERDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ART. 16, I, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JUNHO DE 1990). ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

LUCIANA DE OLIVEIRA LEAL

Estudo sobre o direito da criança à liberdade de escolha e de locomoção e, ainda, sobre os direitos fundamentais constitucionais. Completa o trabalho o exame da atuação estatal e do papel do Ministério Público. (102 p.)

O AGRAVO SOB A ÓTICA DA LEI Nº 9.139/95

RODRIGO SEIXAS SCOFANO

Monografia dedicada ao exame do agravo de instrumento e sua nova sistemática. É levantado um histórico do agravo, seu cabimento e requisitos, as suas modalidades e seus novos procedimentos. (75 p.) ◆